



Des. Cláudio Renato dos Santos Costa
Presidente

Desª. Márcia Maria Milanez
3º Vice-Presidente

Des. Mário Lúcio Carreira Machado
1º Vice-Presidente

Des. Célio César Paduani
Corregedor-Geral de Justiça

Des. Joaquim Herculano Rodrigues
2º Vice-Presidente

Des. Antônio Marcos Alvim Soares
Vice-Corregedor-Geral de Justiça

CIRCULAÇÃO IRRESTRITA - ANO III - BELO HORIZONTE, TERÇA-FEIRA, 08 DE JUNHO DE 2010 - Nº 101

Lei Federal nº 11.419 de 19/12/2006, art 4º

“Assinatura Digital: o presente documento está assinado digitalmente, nos termos da Lei 11.419/2006 e MP 2.200-2/2001. A assinatura digital constitui forma de encriptação eletrônica do documento. Ela está empregada neste documento eletrônico como recurso tecnológico da segurança da informação. Os dados que compõem cada informação deste documento foram cifrados pela assinatura digital quando do respectivo armazenamento no equipamento-banco-de-dados do TJMG. Para a cifragem e armazenamento, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais empregou certificados digitais expedidos por instituição certificadora devidamente credenciada na ICP-Brasil (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira). O presente documento recebeu assinatura digital com uso de Certificado de padrão ICP-Brasil com algoritmo de assinatura “sha1RSA”, expedido pela Autoridade Certificadora denominada “AC PRODEMG SRF”, usado padrão de algoritmos criptográficos de RSA(1024 bits). Os métodos criptográficos empregados impedem que a assinatura eletrônica seja falsificada, ou que os dados do documento digitalmente assinado e armazenado sejam adulterados ou copiados, tornando-os invioláveis. Encontram-se garantidas, pela assinatura digital, a autenticidade e a inviolabilidade de todos os dados do presente DIÁRIO DO JUDICIÁRIO DO TJMG.”

PRESIDÊNCIA

Chefe de Gabinete: Dalmar Morais Duarte
08/06/2010

Edital de Remoção nº. 05/2010

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG –, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Portaria n.º. 2.394, de 15/01/2010, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas para a realização do processo seletivo visando ao preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Justiça de Primeira Instância, por meio da remoção a pedido.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será regido por este Edital, por seus anexos e eventuais retificações, e sua execução caberá à Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos – DEARHU.

1.2. Todas as publicações oficiais serão feitas no Diário do Judiciário Eletrônico – Dje – e divulgadas na intranet do TJMG, no link “Central do Servidor”.

1.3. Ficam abertas, a partir das 8h (oito horas) do dia 10/06 até às 18h (dezoito horas) do dia 14/06 do corrente ano, as inscrições para o processo seletivo de remoção, a pedido, para o preenchimento das vagas a seguir apontadas:

Comarca	Vagas	Cargo
Almenara	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Araçuaí	1	Técnico de Apoio Judicial de 2ª. Entrância C/B/A
Araguari	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Belo Horizonte	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Belo Horizonte	2	Oficial Judiciário D/C/B/A – Oficial de Justiça Avaliador
Belo Horizonte	1	Oficial de Apoio Judicial B
Canápolis	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Caratinga	1	Oficial Judiciário D/C/B/A – Oficial de Justiça Avaliador
Conselheiro Lafaiete	1	Técnico Judiciário C/B/A – Psicólogo Judicial
Divinópolis	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Governador Valadares	1	Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C/B/A
Itajubá	1	Técnico de Apoio Judicial de 2ª. Entrância C/B/A
João Monlevade	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Lagoa da Prata	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Monte Alegre de Minas	1	Técnico de Apoio Judicial de 1ª. Entrância C/B/A
Muriae	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Natércia	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Poços de Caldas	1	Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C/B/A
Santa Vitória	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Santos Dumont	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
São João Del-Rei	1	Oficial Judiciário D/C/B/A – Comissário da Infância e da Juventude
Três Corações	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Uberaba	1	Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C/B/A
Uberlândia	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Virginópolis	1	Oficial Judiciário D/C/B/A – Oficial de Justiça Avaliador

2. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderá participar do Processo Seletivo de Remoção o servidor titular de cargo de provimento efetivo das Secretarias de Juízo e dos Serviços Auxiliares da Justiça de Primeira Instância que pretenda obter remoção para cargo com especialidade idêntica que se encontre vago em outra comarca.

2.2. Para a vaga de Técnico de Apoio Judicial da comarca de Araçuaí, poderão concorrer titulares do cargo de Técnico de Apoio Judicial de comarca de 2ª. Entrância, desde que lotados em Secretaria.

2.3. Para a vaga de Oficial de Apoio Judicial B da comarca de Belo Horizonte, poderão concorrer titulares do cargo de Oficial de Apoio Judicial B, desde que lotados em Secretaria.

2.4. Para a vaga de Técnico de Apoio Judicial da comarca de Itajubá, poderão concorrer titulares do cargo de Técnico de Apoio Judicial de comarca de 2ª. Entrância, desde que lotados em Contadoria.

2.5. Para a vaga de Técnico de Apoio Judicial da

comarca de Monte Alegre de Minas, poderão concorrer titulares do cargo de Técnico de Apoio Judicial de comarca de 1ª. Entrância, desde que lotados em Secretaria.

2.6. Para as vagas de Técnico de Apoio Judicial das comarcas de Governador Valadares e Poços de Caldas, poderão concorrer titulares do cargo de Técnico de Apoio Judicial de comarca de Entrância Especial, desde que lotados em Secretaria.

2.7. Para a vaga de Técnico de Apoio Judicial da comarca de Uberaba, poderão concorrer titulares do cargo de Técnico de Apoio Judicial de comarca de Entrância Especial, desde que lotados em Contadoria.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. Os interessados deverão se inscrever no Processo Seletivo de Remoção mediante preenchimento de formulário eletrônico, acessível na intranet, no menu Pessoal, opção Remoção / Candidato, vedada a realização de mais de uma inscrição por servidor.

3.2. O candidato poderá optar por mais de uma comarca, devendo, para tanto, indicar no requerimento de inscrição a ordem de preferência.

3.3. Não serão analisados pedidos de alteração na ordem de preferência das comarcas indicadas.

3.4. O candidato deverá manter atualizados o seu endereço eletrônico e o número de seu telefone, a fim de viabilizar os contatos necessários.

3.5. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das condições do processo seletivo, tais como se acham definidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.6. As informações constantes do formulário de inscrição serão prestadas sob inteira responsabilidade do candidato.

4. DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

4.1. Se o número de interessados for maior que o de vagas oferecidas em cada comarca, observar-se-ão, sucessivamente, para fins de classificação e, se necessário, de desempate, os seguintes critérios:

- maior tempo de exercício no TJMG após a data de posse no cargo de provimento efetivo atualmente ocupado;
- maior tempo de exercício no TJMG como titular de cargos de provimento efetivo na Justiça de Primeira Instância;
- maior idade, considerando dia, mês e ano de nascimento;
- ordem de inscrição.

4.2. Para apuração do tempo de serviço referido nas alíneas “a” e “b” do item 4.1 será considerado o período laborado até 20/04/2010, desprezando-se os períodos:

- anteriores à data da última remoção a pedido;
- de faltas não abonadas;

- c) de gozo de licença para tratar de interesses particulares;
- d) de gozo de licença para acompanhar cônjuge;
- e) correspondentes ao cumprimento de penalidade de suspensão;
- f) de disponibilidade remunerada;
- g) relativos à aposentadoria por invalidez do servidor que retornou ao serviço em decorrência de reversão;
- h) de afastamento preliminar para aposentadoria;
- i) durante os quais o servidor se encontrar à disposição de outros órgãos públicos ou não, observado o disposto no item 4.3.

4.3. Excluem-se, do disposto na alínea "i" do item 4.2, os períodos em que o servidor estiver:

- a) à disposição de outro órgão do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais;
- b) à disposição do serviço eleitoral em decorrência de requisição;
- c) licenciado para o exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal;
- d) licenciado para o exercício de mandato eletivo em diretoria de entidade sindical representativa de servidores públicos.

4.4. A lista contendo o nome de até 10 (dez) candidatos melhor classificados por vaga será publicada nos termos do item 1.2.

4.5. Caberá recurso contra a lista de classificados no prazo de 3 (três) dias úteis contados da sua publicação.

4.6. Somente serão admitidos recursos encaminhados mediante preenchimento de formulário eletrônico, acessível na intranet, no menu Pessoal, opção Remoção / Candidato.

4.7. O recurso deverá ser instruído com as justificativas acerca do fundamento da impugnação e dirigido ao titular da Gerência de Provedimento e de Concessões aos Servidores – GERSEV –, que, se não reconsiderar a decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhá-lo-á ao titular da DEARHU para decisão no prazo de 3 (três) dias úteis.

4.8. Divulgada a decisão acerca dos recursos ou transcorrido em branco o prazo para sua apresentação, a classificação final dos candidatos será homologada pelo Presidente do TJMG.

5. DA CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS E DOS REQUISITOS PARA O PREENCHIMENTO DAS VAGAS

5.1. O servidor melhor classificado será convocado por intermédio de publicação nos termos do item 1.2 para, no prazo de 8 (oito) dias úteis, protocolizar, na Coordenação de Movimentação e Expedição de Documentos – COMEX, da Secretaria do Tribunal de Justiça, o requerimento de remoção, observado o modelo contido no Anexo I.

5.2. A convocação do servidor na forma do item 5.1 implicará a exclusão do seu nome da lista de classificados para as demais comarcas.

5.3. O servidor convocado poderá requerer a desistência da remoção ao titular da DEARHU, por meio do formulário constante do Anexo II.

5.4. Ainda que classificado, não será admitida a remoção do servidor que:

- a) não apresentar tempestivamente o requerimento com todos os campos constantes do formulário de que trata o Anexo I devidamente preenchidos;
- b) não obtiver a manifestação favorável dos Juízes Diretores do Foro da Comarca na qual se encontre lotado e daquela para a qual requeira a remoção;
- c) estiver respondendo a processo disciplinar;
- d) incorrer em hipótese de vedação legal.

5.5. Analisados os requerimentos previstos nos itens 5.1 e 5.3, os respectivos atos serão publicados nos termos do item 1.2.

5.6. No prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicação, o interessado poderá solicitar a

reconsideração do indeferimento do pedido de remoção, cuja decisão será publicada nos termos do item 1.2.

5.7. Nos casos previstos nos itens 5.3 e 5.4, será convocado o próximo candidato classificado no processo seletivo a que se refere este Edital.

5.8. O servidor deverá iniciar o exercício de suas funções na comarca para onde for removido no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de remoção.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Os prazos referidos neste Edital serão contados em conformidade com o disposto na Portaria-Conjunta nº. 119, de 9 de maio de 2008.

6.2. Serão considerados dias úteis os de funcionamento normal da Secretaria do TJMG.

6.3. O TJMG não se responsabilizará pelas despesas decorrentes da remoção do servidor para a nova sede nem por aquelas necessárias à instrução dos procedimentos para participação no certame.

6.4. A lotação do servidor removido será definida pelo Diretor do Foro, observada a conveniência administrativa.

6.5. À exceção dos requerimentos de que tratam os itens 5.1 e 5.3, somente serão analisados pedidos ou recursos relativos ao Processo Seletivo de Remoção enviados pelo servidor mediante sistema eletrônico, cujo recebimento será confirmado por intermédio de mensagem eletrônica dirigida ao e-mail a que se refere o item 3.4.

6.6. O acompanhamento das publicações, avisos e comunicados referentes ao processo seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato.

6.7. As vagas que não forem preenchidas na forma prevista neste Edital serão destinadas ao provimento por candidatos aprovados em concurso público vigente.

6.8. Não havendo candidatos classificados em concurso público, as vagas referidas no item 6.7 poderão ser preenchidas mediante processos seletivos de remoção posteriores.

6.9. Os itens deste Edital poderão eventualmente ser alterados enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em aviso a ser publicado nos termos do item 1.2.

6.10. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos pelo Presidente do TJMG.

Belo Horizonte, 8 de junho de 2010.

(a) Desembargador Cláudio Renato dos Santos Costa, Presidente

Ver **ANEXO I – REQUERIMENTO DE REMOÇÃO** - no final do documento.

Ver **ANEXO II – REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA** - no final do documento.

ATOS DO PRESIDENTE REFERENTES À DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

MAGISTRATURA

Designando, nos termos da legislação vigente, o Juiz de Direito Marco Aurélio Abrantes Rodrigues, da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude de São Francisco, para responder pela comarca de São Romão, a partir de 07.06.10, até o provimento, ficando retificada a publicação do DJE de 02.06.10.

Dispensando, nos termos da legislação vigente, o Juiz de Direito Leonardo Antônio Bolina Filgueiras,

da 1ª Vara Cível de Pirapora, de responder pela comarca de São Romão, a partir de 07.06.10.

2ª INSTÂNCIA

Exonerando os seguintes servidores:

- Dalmar Moraes Duarte, TJ-6.049-1, a pedido, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete do Presidente, TJ-DAS-01, GP-A1, PJ-85, do Gabinete do Presidente, da Secretaria do Tribunal de Justiça;
- Gutenberg José Leite Junqueira, TJ-5.932-9, a pedido, do cargo, em comissão, de Assessor Judiciário, TJ-DAS-03, AS-A77, PJ-77, da Secretaria do Tribunal de Justiça;
- Leonel Anselmo de Carvalho, TJ-4.266-3, do cargo, em comissão, de Coordenador de Área, TJ-CAI-01, CA-L50, PJ-69, da Coordenação de Processamento de Pagamento de Magistrados, da Secretaria do Tribunal de Justiça;
- Maria Irene de Figueiredo, TJ-9-688-2, a pedido, do cargo, em comissão, de Coordenador de Área, TJ-CAI-01, CA-A7, PJ-69, da Coordenação de Apoio ao Gabinete da Presidência, da Secretaria do Tribunal de Justiça;
- Sidnéia Amélia Simões, TJ-1.568-5, a pedido, do cargo, em comissão, de Secretário do Presidente, TJ-DAS-01, SP-A1, PJ-85, da Secretaria Especial da Presidência, da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Nomeando os seguintes servidores:

- Gutenberg José Leite Junqueira, TJ-5.932-9, para o cargo de provimento, em comissão, de Chefe de Gabinete do Presidente, TJ-DAS-01, GP-A1, PJ-85, do Gabinete do Presidente, da Secretaria do Tribunal de Justiça;
- Hélcio Zolini Oliveira, para o cargo de provimento, em comissão, de Secretário do Presidente, TJ-DAS-01, SP-A1, PJ-85, da Secretaria Especial da Presidência da Secretaria do Tribunal de Justiça;
- Livia Maria de Araújo Ladeira, TJ-6.314-9, para o cargo de provimento, em comissão, de Coordenador de Área, TJ-CAI-01, CA-L50, PJ-69, da Coordenação de Processamento de Pagamento de Magistrados, da Secretaria do Tribunal de Justiça;
- Makerly Aparecida Maia Toledo, para o cargo de provimento, em comissão, de Coordenador de Área, TJ-CAI-01, CA-A7, PJ-69, da Coordenação de Apoio ao Gabinete da Presidência da Secretaria do Tribunal de Justiça;

1ª INSTÂNCIA

Tornando sem efeito publicação do dia 07/06/2010, (DJe 02/06/2010) no que se refere a exoneração da servidora Elenyr Maria Silva, PJPI 14854-4.

Retificando publicação do dia 20/03/2010 (DJe 19/03/2010), onde se lê Daniela Alves dos Santos, leia-se Daniela Alves Santos, mantendo-se na íntegra o restante da publicação.

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretora Executiva: Selma Michaelsen Dias

(republicação por incorreção)
Homologação

Processo: nº. 2320/2009

Licitação: nº. 007/2010

ANEXO I
REQUERIMENTO DE REMOÇÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Servidor(a): _____, matrícula: _____, ocupante do cargo de _____, especialidade: _____, em atenção à convocação publicada no Diário do Judiciário Eletrônico de ___/___/___, requer sua remoção para a Comarca de _____.

Para tanto, declara que:

() não incorre em hipótese de vedação legal;

() incorre na seguinte hipótese de vedação legal: _____

() não está, ou () está respondendo a processo disciplinar.

Termos em que pede deferimento.

_____, ___ de _____ de _____.

(a) _____

Manifestação do Juiz Diretor do Foro, em atenção ao disposto no art. 261 da Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001:

I - da Comarca de: _____ () favorável () desfavorável.

_____, Aos ___/___/_____. (a)

II - da Comarca de: _____ () favorável () desfavorável.

_____, Aos ___/___/_____. (a)

ANEXO II
REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

ILUSTRÍSSIMO DIRETOR DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Servidor(a): _____, matrícula: _____, ocupante
do cargo de _____, especialidade: _____, em atenção à convocação publicada no Diário do
Judiciário Eletrônico de ___/___/___, requer desistência do processo de remoção.

Termos em que pede deferimento.

_____, ___ de _____ de _____.

(a) _____